

COMO O RACISMO SE EXPRESSA?

Vamos começar essa seção com três situações emblemáticas. Na década de 1930, nos Estados Unidos (EUA), havia um forte preconceito contra os chineses. Um psicólogo social chamado Richard LaPierre viajou pelo país acompanhado de um casal de chineses, registrando a reação dos funcionários de cafês, hotéis e restaurantes. Dos mais de 180 estabelecimentos visitados, apenas um se recusou a atender os viajantes. Quando regressou, LaPierre enviou a todos os estabelecimentos uma carta indagando se eles aceitariam chineses como clientes, 92% dos estabelecimentos visitados responderam que não (BROWN, 1995). Quase vinte anos depois, Ralph Minard (1952) realizou um estudo nas minas de carvão de Pocahontas nos EUA, no qual observou que dentro das minas os mineiros brancos tratavam os seus colegas negros de maneira igualitária; mas fora delas os discriminavam; havia ainda 20% que discriminavam nos dois ambientes e outros 20% que não discriminavam em situação alguma. Mais recentemente, já no final do século XX, e desta vez no Brasil, o DATAFOLHA, numa pesquisa já referida neste texto, verificou que quase 90% dos brasileiros afirmam existir racismo no Brasil, mas pouco mais de 10% se consideravam racistas. Não obstante, uma parcela significativa dos mais de 5 mil entrevistados concordam com alguma afirmação da escala de racismo “cordial”: 46% dos brancos concordaram

que “negro bom é negro de alma branca” e outros 40% deles acreditavam que “as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes” (TURRA & VENTURI, 1995).

O que significam então essas três passagens? Pelo menos duas coisas: (i) o racismo muda, se transforma e se adapta a novos contextos de relações entre grupos e de normas sociais, tal qual um vírus; (ii) o racismo existe “sem racistas”, ou seja, ainda que a maioria das pessoas admita a existência do fenômeno, raramente elas admitem compactuar com ele. Ele marca uma clivagem entre atitudes e comportamentos. Florestan Fernandes, ainda na década de 1960, já havia percebido esses traços do racismo quando afirmou que o brasileiro tinha “preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1966).

Em seguida, iremos destacar essas duas marcas do racismo: a persistência e a flexibilidade, destacando suas formas de expressão e seus tipos de manifestação. Antes de começarmos essa discussão, vamos propor um pequeno e pouco sistemático exercício de etnografia da vida cotidiana. Imagine que você, leitor, mora num bairro pobre do Brasil. Na sua rua moram também duas adolescentes de 15 anos, uma negra e uma branca. Elas são amigas, estudam na mesma série e escola e moram uma em frente à outra em casas parecidas e com famílias com mesmo capital material e cultural. Depois de 15 anos, você ouve notícias sobre aquelas adolescentes, uma delas tem agora um bom emprego, com boa renda e vive uma vida estável num bairro de classe média; a outra continua pobre, em empregos precários e temporários. Qual a probabilidade na sua opinião da bem-sucedida ser a branca e a outra a negra?

Se você respondeu que a probabilidade de a branca ter se dado bem é maior que 50% é porque acha que existe racismo no Brasil. Vamos então supor que sua resposta esteja certa, que exista racismo no nosso país e que ele tenha levado a adolescente negra a uma trajetória de vida com menos oportunidades de realizações que a adolescente branca. Esse esforço “etnográfico” nos trará outras questões que são importantes no entendimento dos tipos e formas de expressão do racismo: em algum momento, a adolescente branca percebeu que havia “vantagens” para ela em relação à sua amiga negra? Quantas das pessoas que participaram do percurso de vida escolar e profissional das duas jovens, incluindo empregadores e professores, admitiram que, em alguma circunstância, podem ter dispensado tratamento diferente à negra por causa da cor da sua pele? Finalmente, se perguntássemos ao padre ou pastor da igreja do bairro, ao dono da padaria, aos pais das personagens da nossa pequena história e a uma pesquisadora do racismo, por que uma jovem conseguiu sucesso econômico e social e a outra

não? Quais explicações eles dariam? Seriam equivalentes as explicações? Esse cenário de possíveis respostas talvez nos ajude a introduzir o tema das formas de expressão e dos tipos de manifestação do racismo.

7.1. FORMAS E PLANOS DE EXPRESSÃO DO RACISMO

Até a segunda Guerra Mundial, a explicação mais comum para a diferença de “desempenho” das nossas duas personagens seria a de que a branca estava biologicamente mais dotada para o sucesso que a negra. Nesta época, tínhamos um racismo flagrante, aberto, sem vergonha de alardear as teorias da superioridade racial construídas no século XIX pela ciência. Resquícios deste racismo estruturaram o *Apartheid* da África do Sul e o regime separatista norte-americano chamado *Jim Crow*^{XXII} (ver Caixa 14).

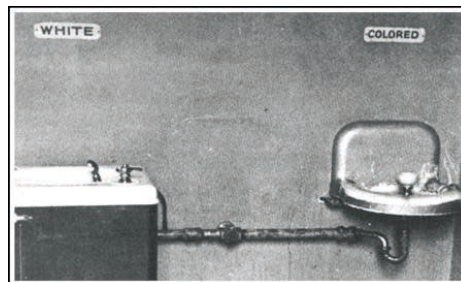
CAIXA 14

Racismo como mito legitimador

Apartheid significa separação, foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais, segregando as áreas residenciais, saúde, educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos.

Jim Crow foram leis estaduais e locais promulgadas no final do século XIX que impuseram a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Elas exigiam instalações separadas para brancos e negros em todos os locais públicos. O *Jim Crow* perdurou até 1965.

A segregação do *Jim Crow* pode ser ilustrada na imagem abaixo.



(Retirado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/>)

Depois das consequências do nazifascismo, a humanidade começou a criticar as hierarquias “raciais” ou genéticas, e surgiu um novo racismo, chamado de “racismo cultural” (TAGUIEFF, 1990). Um racista cultural, ou “novo racista”,

diria que a diferença entre as nossas duas moças é de valores, de capacidade de organização, de esforço, de disciplina ou foco, enfim, de cultura, sendo a “cultura branca” superior à “cultura negra”. Cabe, no entanto, referir que essas posições não são dicotômicas e que “velho” e “novo” muitas vezes, a depender dos contextos normativos, se confundem. Os “novos racismos”, que tem como viga-mestra de sustentação a hierarquização das diferenças culturais, reduzem a cultura ao biológico (DELACAMPAGNE, 1990), ou seja, assimilam a noção de cultura à de raça. Por outro lado, os “velhos” racismos têm ressurgido muito frequentemente como expressões atuais do racismo em vários lugares do mundo e em vários contextos de relações interpessoais e de comunicação, a exemplo dos esportes e das redes sociais, nos quais expressões animalizadoras de minorias sociais são proferidas (ver LIMA, 2019, para uma revisão).

Todas essas “novas” expressões de racismo se manifestam no âmbito das relações interpessoais, nas quais as impressões que formamos sobre os outros e que queremos que os outros formem sobre nós são cuidadosamente gerenciadas. Todavia, o racismo se configura como fenômeno sistêmico, pois se manifesta em outros planos além do das relações pessoais. Podemos destacar, além do nível individual de expressão do racismo, os níveis cultural e estrutural ou institucional.

Importante referir, antes de iniciarmos a explicação desses diferentes níveis, que se trata do mesmo fenômeno, o racismo, que é multinível e multicausado, e que a separação da sua manifestação em níveis é uma estratégia teórica de abordagem do tema. Na vida real, somos racistas porque nossa cultura é, e isso afeta nossas instituições, que, por sua vez, retroalimentam o racismo individual e o cultural. É como se ele fosse um monstro que se apoia em três pernas (BOWSER, 2017) ou, ainda, um *iceberg*, tal qual o preconceito, estruturado em três níveis de imersão: o bloco submerso, o emerso e o que fica na linha da água (GEE, 2011).

7.1.1. Nível individual de expressão do racismo

Vamos voltar à nossa experiência etnográfica, a história das duas amigas. Elas estão cursando o primeiro ano do ensino médio na mesma turma de uma escola pública. A professora de Português faz uma prova sobre interpretação de texto. A aluna branca se senta na cadeira atrás da aluna negra e copia toda sua prova. A professora corrige e atribui nota 8,0 para a branca e 7,0 para a negra. Que explicação teríamos, neste caso hipotético, para a diferença de nota das alunas, considerando que as provas eram iguaizinhas? Pode ser que a professora estivesse mais cansada e menos bem-humorada no momento que corrigiu

a prova da aluna negra e que o humor interferiu na nota. Talvez! Uma outra hipótese também possível é a do racismo individual.

França (2017) fez um estudo com 109 professores em formação de uma escola normal no Brasil. A tarefa deles era muito simples, metade corrigia e atribuía nota à redação de uma criança, cuja ficha de identificação tinha uma foto que indicava que ela era branca, a outra metade corrigia a redação de uma criança negra. Nos dois casos a redação era a mesma e havia sido escrita por uma criança real da mesma faixa etária das representadas nas duas fotos. A autora encontrou que a nota média atribuída à criança branca foi significativamente maior ($M= 7,8$) que a nota atribuída à criança negra ($M= 7,3$). Sobre os aspectos positivos destacados pelos professores nas redações, a criatividade foi elencada em 60% dos casos para o branco e 40% para o negro. Já o esforço foi atribuído em 78% para o negro e 22 % para o branco. Ou seja, o branco foi criativo, o negro esforçado, e a “criatividade” do branco melhor avaliada que o “esforço” do negro. A dimensão individual do racismo também pode ser destacada por outro dado: dos 109 professores pesquisados, 22% não diferenciaram as notas das crianças.

Lima, Araujo e Poderoso (2018) fazem um estudo com policiais militares brasileiros, em formação e outros com pelo menos 10 anos de atuação, no qual eles eram convidados a jogarem um videogame no computador. Na tela aparecem indivíduos brancos ou negros segurando uma arma ou um objeto neutro, a tarefa dos participantes era atirar quando o objeto fosse uma arma e declinar do tiro quando não fosse. As decisões tinham que ser tomadas numa janela temporal de menos de um segundo. Os autores verificam que os dois grupos de PMs foram mais rápidos para atirar num negro armado que em um branco armado e mais lentos para declinar do tiro quando o suspeito desarmado era negro do que quando era branco. Novamente, como no estudo de França (2017), temos sujeitos não racistas: dos 118 policiais envolvidos no estudo, 12 (10,2%) apresentaram um escore que não diferia estatisticamente de zero quando da subtração do tempo para decidir atirar no suspeito branco do tempo para atirar no suspeito negro (para uma aprofundamento nesse tipo de pesquisa sobre decisão de tiro sugerimos DANTAS & PEREIRA, 2018).

Nos dois estudos relatados, você deve ter notado uma característica comum, tanto os professores do estudo de França (2017), quanto os policiais do estudo de Lima et al. (2018), não percebiam que suas ações poderiam estar sendo motivadas por racismo. Trata-se, nesses casos, de uma subdimensão do racismo individual que a literatura chama de racismo inconsciente ou racismo implícito. Esse

é um nível de expressão do racismo que foge do controle voluntário e mesmo da percepção crítica dos sujeitos. Integra aquilo que a psicologia social chama de atitudes implícitas, que já foram analisadas na primeira parte desse livro.

Mas imagine que um daqueles professores ou dos policiais, mais tarde, numa reunião privada com amigos íntimos, comente algo do tipo “hoje no meu trabalho um negro me afrontou...negro se acha, eu não gosto de negros”. Trata-se, aqui, de racismo expresso num nível privado. Temos ainda o racismo individual expresso em contextos públicos, no futebol e na política temos muitos exemplos. Um deles já citamos no início desse texto, o outro vem da campanha presidencial dos Estados Unidos em 2016, quando um dos diretores da Campanha de Donald Trump afirmou: “Eu gostaria que ela (Michelle Obama) voltasse a ser uma fêmea solta no interior do Zimbábue, e lá vivesse confortavelmente numa caverna com *Maxie*, o gorila”. Esses âmbitos de expressão mais “individual” do racismo são muito semelhantes aos do preconceito. No entanto, quando adentramos para o plano cultural, começamos a perceber novas nuances.

7.1.2. Nível cultural de expressão do racismo

Vamos iniciar esse tópico com um caso real e emblemático da dimensão cultural do racismo. No dia 15 de novembro de 2017, em São Paulo, o ator negro, Diogo Cintra, voltava de uma festa da companhia de teatro na qual trabalhava, quando foi abordado por dois homens que pediram que entregasse celular e dinheiro. Ele, então, correu para pedir ajuda a profissionais de segurança que estavam em um terminal de ônibus nas imediações. Os bandidos o perseguiram e disseram aos seguranças que haviam sido roubados por Cintra, enquanto Cintra afirmava o contrário. Os seguranças acreditaram na versão dos bandidos. Cintra foi obrigado a entregar o seu celular aos bandidos (que disseram que ele havia roubado) e ainda foi espancado por estes com a complacência dos seguranças do terminal.^{XXIII} Em uma situação como essa, afirmar que os seguranças foram apenas racistas é uma forma de reduzir o fenômeno. Mais do que racistas eles foram contaminados por uma cultura que diz algo como “negro parado é suspeito, correndo é ladrão...”. Cultura que, de tão difundida, deu aos bandidos a certeza que a polícia e os transeuntes acreditariam neles e não na vítima.

Quantas vezes você já participou de uma “greve branca”, ou escutou expressões como “denegrir a imagem”? Essas são expressões que denotam o racismo cultural, o que decorre do modo como a sociedade lida com a questão do racismo. No caso do Brasil, fomos o *último* país a abolir a escravidão dos negros; até meados do século XX, vivemos um regime de racismo flagrante ou público, a

organização social e econômica do país refletia essa lógica. As políticas públicas voltadas para a reparação das desigualdades entre brancos e negros no país são recentes, datam da década de 1990 (TELLES, 2004).

O racismo cultural é veiculado, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa. A TV e o cinema nacionais muitas vezes trazem uma representação do negro como subalternizado ou invisibilizado. Basta lembrarmos de muitos personagens negros clássicos de novelas e filmes, que representavam o negro como humilde e resignado (tia Anastácia), ou como imoral e voluptuoso (Xica da Silva), ou ainda como violento e impiedoso (Maurício Gonçalves: o capitão-do-mato de “Sinhá Moça”) (ARAÚJO, 2000). No cinema, aparece o negro de “alma branca”, que incorpora o universo social branco (Sidney Poitier: “Ao mestre com carinho”) (RODRIGUES, 2011). E ainda, na literatura, a mulata sedutora, hipersexualizada e sensual de Jorge Amado.

Pari passu com essa representação do negro subalternizado caminha a do negro invisibilizado. Houve apenas quatro famílias negras de classe média na história da telenovela brasileira, de 1951 a 1999; nenhuma novela até 1990 abordou o racismo no Brasil de forma direta; todos os atores negros de 1960 a 1970 fizeram papel de serviçal; pela primeira vez na história do país, em 1997, uma família negra apareceu em comerciais de TV, numa propaganda de chocolate Lacta (ARAÚJO, 2000; FERNANDES, 1997). Ou ainda, mais recentemente, numa propaganda do Ministério da Educação do Brasil, veiculada em 13 de junho de 2019, na qual um aluno entra negro na universidade, mas quando é diplomado fica branco^{XXIV}.

Todos esses aspectos colaboram para construir, ao mesmo tempo que refletem, uma cultura racista que prevê espaços sociais específicos, formas de auto apresentação/representação predeterminadas e territórios de mobilidade limitados para o negro. Tal cultura constrói e fazem cair sobre os negros estereótipos sociais negativos ou pseudopositivos.

Essa é a esfera cultural do racismo, transmitida nos processos de comunicação e de socialização de forma direta ou indireta. Uma criança, ainda muito pequena, já sabe, no Brasil, o peso e o valor da cor da sua pele, como demonstram os estudos de França e Monteiro (2004, 2013).

Vaccarezza e Lima (2019), fizeram um estudo sobre as representações sociais da beleza e da feiura na mídia. Participaram 494 pessoas das cinco regiões do Brasil. Os participantes deveriam referir modelos de beleza e de feiura da TV brasileira. Em um estudo complementar, 60 juízes foram solicitados a classificar a cor da pele dos exemplares referidos. Os autores encontraram que, nas

respostas dos participantes de cor branca, apenas 2,3% dos modelos de beleza masculina referidos são pretos, para a beleza feminina foram 4,7%. Todavia, quando instados a referirem modelos de feiura masculina na TV, 12,1% das respostas citam exemplares de cor preta e outras 10,7% são citadas para feiura feminina. Ou seja, a beleza dos pretos aparece em 7% das recordações dos participantes brancos, enquanto a feiura aparece em quase 23%. Os autores concluem que além da sub-representação de personagens negros na TV nacional (invisibilização), há ainda uma representação estereotipada e caricata do negro (inferiorização).

O racismo cultural também se manifesta no cyber espaço, alguns autores chamam o fenômeno de “cyber racismo”. Este termo inclui qualquer expressão “online” de agressão, preconceito ou ódio motivado por questões “raciais” (BLIUC, FAULKNERB, JAKUBOWICZC, & MCGARTYA, 2018). Uma das formas de expressão do cyber racismo são os videogames. Muitos desses jogos apresentam conteúdos que associam personagens negros e latinos com a delinquência, racionalizando o medo contra eles (GEE & FORD, 2011). Alguns jogos, como o “*World of Warcraft*”, permitem aos jogadores escolherem os personagens em função da sua raça ou cor, as quais diferem em atributos inatos, tais como resistência a doenças ou habilidades de vodu (“*voodoo shuffle*”). Esses jogos reforçam a ideologia da supremacia branca, seja na construção dos conteúdos, seja na definição das personagens principais:

Uma das características notáveis no *site* da Metzger é a seleção de jogos de computador cheios de ódio, como o *Drive By 2*, no qual os jogadores podem experimentar um gueto negro de Detroit, podendo participar de um jogo em que são instruídos a “atirar nos homossexuais antes que eles o estuprem”. Ou num outro, chamado *Border Patrol* (Patrulha de Fronteira), cujo comando é “Não deixe que esses *Spics* (Latinos) cruzem nossa fronteira”. Além de serem violentamente racistas e homofóbicos, alguns dos jogos também são profundamente sexistas. Seguindo uma linha conservadora, eles socializam os meninos na misoginia e excluem as meninas de todos os papéis, exceto dos mais estereotipados (DANIELS, 2008, p. 135)^{xxv}.

Numa revisão sistemática de uma década de pesquisa (2005-2015) sobre cyber racismo, foram analisados 31 estudos, dos quais 84% utilizam dados de arquivo (e.g., fóruns, games, websites etc.) e os 16% restantes tem como fontes dados de *surveys* ou entrevistas (BLIUC et al., 2018). Os resultados encontrados indicam que o cyber racismo é usado para três grandes objetivos: a) fortalecimento do grupo: o uso da internet para aumentar o comprometimento dos membros existentes e recrutar novos; b) propaganda racista: usando a internet para

disseminar mensagens racistas e popularizar ideologias extremistas e c) criar um senso de identidade coletiva transnacional: a internet é estrategicamente usada por racistas para construir um sentido de comunidade sem fronteiras, permitindo que indivíduos racistas isolados encontrem grupos racistas, como por exemplo o *Stormfront.org*, a fim de alcançar um sentimento de pertença e conexão a uma identidade de supremacia branca.

7.1.3. Nível institucional de expressão do racismo

A África do Sul do *Apartheid* e os Estados Unidos do Jim Crow foram sociedades organizadas politicamente em termos racistas. O racismo era uma instituição estabelecida em leis ou códigos, que definiam espaços físicos, sociais, políticos e econômicos diferentes para negros e brancos. Ou seja, nessas sociedades e épocas, os negros eram oficialmente segregados, viviam em “bairros de negros”, usavam “banheiros de negros” e “transportes de negros” (BOWSER, 2017). O termo racismo institucional ou estrutural se refere ao nível macro do sistema social, às instituições, ideologias e a outros processos que interagem uns com os outros para gerar e reforçar as desigualdades entre brancos e negros (GEE & FORD, 2011).

Voltando àquela nossa imagem do racismo como *iceberg*, o nível estrutural é a base que permanece muitas vezes submersa e que estrutura os níveis cultural e individual de expressão, sendo retroalimentado por eles. Diferentemente da época dos regimes claramente segregacionistas citados acima, o racismo institucional atua nas modernas e democráticas sociedades através da negação de acesso a direitos e oportunidades iguais para brancos e negros, apenas por causa da cor das suas peles. As desigualdades raciais muitas vezes aparecem de forma explícita e noutras de forma velada ou implícita. Exemplos de racismo institucional são: a segregação social e residencial, a segregação no acesso à justiça, no acesso à saúde e emprego.

Você já parou para observar a quantidade de negros que vivem na sua cidade? Se fez isso, talvez já tenha notado que eles são mais facilmente encontráveis em alguns bairros e tipos de *shopping centers* que em outros. Talvez você tenha notado isso e atribuído ao fato de que em função de, no Brasil, por causa da exclusão econômica, a maior parte dos negros ser pobre e esses lugares serem caros, não haveria negros porque quase não há pobres. Não seria, portanto, um problema de cor, mas sim de estrato econômico. Então, supondo que a sua explicação faça sentido, por que existe uma correlação entre cor e classe no Brasil (i.e., quanto mais clara a cor mais alta a classe)? Que explicações teríamos para negros geralmente serem mais pobres que brancos além das do racismo institucional?

Novamente se pode redarguir que se trata apenas de uma questão de tempo, em praticamente um quarto da nossa história enquanto país os negros foram escravos, eles estão avançando e em breve estaremos vivendo uma sociedade sem desigualdades raciais. Infelizmente, novamente evidências sólidas vão na direção contrária a essa confortável explicação.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que trabalhadores negros ganham por mês em média cerca de R\$ 1,2 mil a menos que os brancos. Esses mesmos dados indicam que, entre 2012 e 2017, não houve mudança substancial na diferença de rendimento entre negros e brancos no país (VELASCO, 13/05/2018). A desigualdade parece estável, mas ainda se pode contra-argumentar que ela reflete outra desigualdade, a de acesso à educação. Com efeito, o mesmo estudo indica que apenas 8,8% dos negros com mais de 25 anos de idade possuem nível superior de escolaridade, contra 22% dos brancos. Isso, é óbvio, se espalha nos outros níveis de ensino. Um levantamento do Programa “Todos Pela Educação”, utilizando dados do IBGE, verificou que 62% dos pretos contra 76% dos brancos entre 15 e 17 anos estavam matriculados no Ensino Médio. Essa desigualdade não pode ser explicada somente por questões de renda, pois permanece mesmo entre os negros com renda mais elevada. Dentre os 25% mais ricos de brancos e negros a desproporção é de 92% de brancos matriculados contra 86% de negros (KESLEY, 22/11/2018). A desigualdade salarial entre brancos e negros se mantém mesmo quando a escolaridade e a função dos trabalhadores são controladas (PORTELA, LIMA, & DA SILVA, 2019).

Além da discriminação dos negros no acesso à educação no Brasil, eles também são discriminados no acesso à moradia. Não sei como é na sua cidade, mas, na minha, existem bairros “mais brancos” e outros “mais negros”. Novamente, se pode alegar que é tudo uma questão de renda (...). Mas, não é “somente” isso. Nos Estados Unidos, a segregação residencial atual é ainda maior que na época do Jim Crow. Como a discriminação aberta é ilegal, as agências de imóveis de bairros mais sofisticados dão informações diferenciadas sobre a disponibilidade (menor), preços (mais elevados) e empréstimos (mais difíceis e com piores taxas) para consumidores negros e latinos que para brancos (BONILLA-SILVA, 2013). Trata-se de um novo estilo de segregação residencial, mais difícil de detectar e de se proteger contra, chamada “*smiling discrimination*” ou discriminação sorridente (SCHEURÍCH & YOUNG, 1997). No Brasil, até onde vai nosso conhecimento, ainda não foram feitos estudos para avaliar a existência desse fenômeno nas nossas agências de imóveis.

O racismo institucional também se manifesta pela discriminação no acesso à justiça. Imagine um juiz julgando um crime de homicídio cujo réu é negro e a vítima é branca. Você acha que a cor da pele dos envolvidos interfere na decisão do juiz sobre o tempo de pena? Silva e Lima (2016), analisando 114 processos de casos de homicídios julgados em uma comarca do Brasil, constataram que o tempo de pena atribuído a réus de cor preta foi em média 12,3 anos contra 3,7 anos para réus brancos. Ou seja, réus negros receberam penas quase quatro vezes maior para o mesmo crime que réus de cor branca. Sérgio Adorno (1996), analisando Boletins de Ocorrências (BO) de crimes violentos (e.g., roubos, estupros, extorsão mediante sequestro, tráfico de drogas etc.), observou que existia uma tendência ao enegrecimento da população de indiciados e réus, conforme o curso do processo judicial, se a direção das evidências fosse condenatória a cor do réu ia escurecendo nas descrições dos BOs.

O acesso a direitos, como a saúde, também é impactado pelo racismo institucional. Uma revisão de 40 pesquisas sobre discriminação na saúde entre 1950 e 2009, constatou que a percepção de racismo afeta a autoestima, o autoconceito, níveis de depressão e ansiedade, além de estimularem a delinquência entre jovens negros (PACHTER & COLL, 2009). Outra metanálise, essa com amostras de adultos, levantou 293 estudos ocorridos entre 1983 e 2013, que indicaram que o racismo foi associado à ansiedade, depressão, estresse e déficits na saúde orgânica nas minorias raciais (PARADIES, BEN, DENSON, ELIAS, PRIEST, PIETERSE et al., 2015). Uma metanálise sobre saúde de mulheres negras, considerando o período de 2003 a 2013, encontrou 19 estudos sobre o tema, os quais apresentam resultados que indicam a relação entre a percepção de racismo e a ocorrência de câncer e complicações no parto (BLACK, JOHNSON, & VAN HOOSE, 2015).

No Brasil, dados do Ministério da Saúde indicam que:

O risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca. Também o risco de morte por desnutrição apresenta diferenças alarmantes, sendo 90% maior entre crianças pretas e pardas do que entre brancas. O risco de morte por tuberculose é 1,9 vez maior entre as pessoas pardas e 2,5 vezes maior entre as pessoas pretas, quando comparado ao risco entre as pessoas brancas. As mulheres negras grávidas morrem mais de causas maternas (como a hipertensão própria da gravidez) do que as brancas. As crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e por desnutrição e, nas faixas etárias mais jovens, os negros têm um índice de mortalidade superior ao dos brancos. (MS, s/d).

As taxas de homicídio contra homens negros foram de 160 para cada 100 mil habitantes em 2015, contra aproximadamente 60 para os brancos (MS, 2015). Também a saúde mental dos negros é mais precária. Segundo o Ministério da Saúde, a maior taxa de suicídios ocorre entre jovens pertencentes a minorias étnicas, sobretudo indígenas, alcançando 44,8% dos óbitos na faixa etária de 10 a 19 anos (MS, 2017).

Finalmente, o racismo institucional também afeta as oportunidades de emprego e a renda dos trabalhadores brancos e negros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mais de 64% dos 12,2 milhões de pessoas desempregadas em 2018 eram negros (pretos ou pardos).